

## **Por quê estudar ética jornalística**

*Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam*

*Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina*

Ainda que debates sobre ética jornalística se sucedam, ouve-se, aqui e ali, observações que mais sugerem a preguiça para estudos. E se constata um desconforto: o de tratar sistematicamente das próprias entranhas e de complexos procedimentos que levam profissionais a dúvidas, tormentos e erros.

Em algumas ocasiões, o debate sobre ética no jornalismo é descartado por palavras que, no caso, não passam disso. Entre elas, as de que “ou se é ético ou não se é”, “ética não se aprende”, “jornalista nasce feito” ou “nasce ético ou não”. Por tais observações, trata-se de verificar, ainda no berçário, se uma ou outra pessoa contém componentes biológicos e genéticos, hereditários ou não, que atestam suas qualidades éticas.

Isso lembra outra expressão, a de Cláudio Abramo, para quem não existiria uma ética própria do jornalista, considerando-a um mito, destacando que o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer profissão<sup>1</sup>. Quatorze anos depois da primeira edição do livro daquele que foi um dos mais qualificados jornalistas da história brasileira, a juíza-substituta Carla Rister, na sentença depois acolhida, em instância final, pelo Supremo Tribunal Federal, em 17 de junho de 2009, contra a obrigatoriedade da formação superior específica como requisito para o exercício do jornalismo, vai dizer que honestidade e ética são exigências de qualquer profissão, adquiridas não apenas no meio acadêmico, mas durante toda a vida<sup>2</sup>.

Dada sua generalidade, tais observações, situadas entre a crença na virtude genética dos cidadãos e na formação moral geral para o exercício profissional, trazem alguns problemas concretos. Quando esses aparecem, surgem outras vozes, com outras palavras: “precisamos discutir mais nossa profissão”, “o jornalista precisa saber que seu papel exige grande responsabilidade social”, “qual é a nossa ética?”, “até onde podemos ir?”

Embora sejam de enorme valia os estudos sobre ética e sobre filosofia, além da prática da convivência profissional, familiar ou escolar que remetem a procedimentos corretos durante a vida, considero que cada uma das expressões anteriores precisaria de complemento: os estudos específicos sobre a ética jornalística e da base epistemológica em que se apóia. Isso envolve, na prática, o conjunto de dilemas com os quais os profissionais jornalistas se defrontam todos os dias. Eles passam pelo uso ou não de câmeras ocultas e em quais circunstâncias; pelo limite entre privacidade e divulgação de interesse social; pela realização da vocação pública jornalística dentro de sistemas de concentração e de megafusões midiáticas; pela seleção, hierarquização e edição informativas; pela revelação de informações em situações especiais como seqüestro, conflitos e guerras; pela terceirização dos serviços de informação; pelo uso ou não do *off*; pela relação

editorial/comercial ou pelo conflito opinião versus informação, subjetividade versus objetividade, entre inúmeros outros.

A história do jornalismo, de sua realização como profissão e de seus vínculos com o interesse social -embora não invalidem as expressões comuns de leigos ou as opiniões de Abramo ou Rister – está ancorada na luta pela formulação e consolidação de um *ethos* profissional jornalístico, que se afirmou, ainda que com enormes dificuldades e limites, nos últimos 200 anos.

O *ethos* jornalístico esteve sempre ligado à realização da profissão e cresceu com os valores buscados por ela e pela inserção e relevância sociais da atividade. Por isso, surgiram escolas de formação profissional que não apenas treinam estudantes, mas também discutem a atividade e seus embates éticos – não obrigatoriamente o comportamento familiar do jornalista, suas relações afetivas ou sexuais, seus procedimentos junto a pais, filhos e irmãos, por exemplo. Discutem conceitos de certo e errado, de melhor e de pior, de adequado e de inadequado no exercício imediato da atividade.

Diante da reflexão teórico-ética, do reconhecimento moral da atividade jornalística e da validação de determinadas expressões, pôde-se incluir, como procedimentos, a busca do contraditório, a diversidade de fontes e a precisão, a correção lingüística e métodos de apuração adequados e legítimos, entre vários itens.

Não acredito que possamos abrir mão de tal permanente debate em nome da consciência moral geral, formada, na maioria dos casos, por impressões informais sobre o mundo. Cursos de jornalismo, com currículos que discutam escolhas e procedimentos profissionais morais no fazer diário, são essenciais à continuidade da formação e da consolidação de um *ethos* de categoria profissional.

<sup>1</sup> Abramo, Cláudio. *A Regra do Jogo*. São Paulo: Companhia das Letras. São Paulo: 1988, p. 109.

<sup>2</sup> Conforme sentença da juíza-substituta Carla Abrantkoski Rister, de 18 de dezembro de 2002, sobre a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no estado de São Paulo (Processo N° 2001.61.00.025946-3)